

CARTAS DE ALFORRIA EM ARROIO GRANDE (1870-1887): UM ESTUDO QUANTITATIVO SOBRE A PRODUÇÃO DA LIBERDADE

ISADORA TEIXEIRA DA CUNHA¹; JONAS MOREIRA VARGAS²

¹Universidade Federal de Pelotas – isadoracnh@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – jonasmvargas@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O trabalho constitui-se como um primeiro recorte da pesquisa de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH/UFPel). Buscamos analisar os tipos de alforria, bem como delimitar o perfil dos alforriados nas últimas duas décadas da escravidão (1870-1880), no município de Arroio Grande - RS. A análise quantitativa é parte fundamental da pesquisa, que ainda se encontra em fase inicial de desenvolvimento, acerca da escravidão e dos projetos de liberdade na localidade. Para tanto, utilizaremos as cartas de liberdade presentes nos Livros Notariais de Transmissões e Notas, a fim de apresentar suas tipologias (que poderiam variar entre pagas, condicionais e incondicionais) e oferecer um vislumbre daqueles que passavam pela mudança de condição jurídica.

As cartas de liberdade são reconhecidas pela riqueza de informações que podem conter. Entre as possibilidades, encontram-se o nome do senhor, senhora ou senhores, ou daquele que, em seu lugar, estivesse concedendo a carta, e, em alguns casos, a forma como chegou à posse do cativo. A respeito do liberto ou libertando, encontramos dados como nome, idade, sexo, cor, profissão, naturalidade e filiação, além da condição da alforria, seu preço em caso de compra, prazos e condições de pagamento, e, em situações condicionais, os acordos de prestação de serviço (EISENBERG, 1989). Para o desenvolvimento do trabalho, não utilizaremos a totalidade das informações presentes na fonte, devido ao interesse quantitativo desta primeira incursão; os dados tratados aqui servirão como fomentadores de questionamentos e discussões futuras.

O recorte temporal proposto (as décadas de 1870 e 1880) é reconhecido pela historiografia como um período de intensa movimentação entre escravizados, livres e libertos, marcado por fugas, aumento da criminalidade, revoltas e estratégias que tensionavam um sistema já em debate quanto à sua finitude gradualista. Nesse contexto, após o fim do tráfico em 1850, a Guerra do Paraguai (1864-1870) e a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871), em que a quebra do consenso sobre a escravidão era utilizada para o avanço de todo tipo de reivindicação (MACHADO, 2009), buscamos identificar, nos dados extraídos das alforrias, se o aspecto “emancipacionista” dessas décadas (impulsionado pela campanha abolicionista e por atos de “libertação” em massa de cativos) afetou a produção da liberdade em Arroio Grande. Ou ainda, se o perfil daqueles que conquistaram suas cartas de liberdade, pelos mais variados modos de negociação, já que nem mesmo as cartas ditas “incondicionais” devem ser interpretadas como ato de benevolência senhorial (CHALHOUB, 1990), foi mais determinante na construção e execução destes projetos de liberdade.

2. METODOLOGIA

Como supramencionado as cartas de alforria a serem trabalhadas aqui estão presentes nos Livros Notariais de Transmissões e Notas, atualmente salvaguardados pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs), e foram consultadas de duas maneiras distintas. A primeira através do catálogo disponibilizado de forma *online* pelo arquivo, onde as cartas são apresentadas em sua versão resumida com os principais pontos em destaque. E a segunda, através das cópias digitalizadas do conteúdo integral, acessadas através do site *FamilySearch*, possibilitando uma compreensão maior de alguns detalhes. Vencido o primeiro contato com a fonte, passamos a elaboração de planilha no *Excel*, com as informações mais relevantes ao estudo, oportunizando o estudo quantitativo proposto aqui. Sob a luz de trabalhos como de Katia Mattoso (2016) e Stuart Schwartz (2001), que ao trabalhar as manumissões da Bahia, entre 1684 e 1850 passam a explorar as cartas de alforria e suas múltiplas possibilidades.

Os dados extraídos das cartas de liberdade, posteriormente passarão pelo cruzamento com outras fontes, aplicando os pressupostos da Micro-história, renunciando as leituras esquemáticas e gerais, para compreender como se originavam comportamentos, escolhas, solidariedades (LEVI, 2009). Acreditamos ainda que através da variação da escala seja possível realizar a vinculação dos processos locais com movimentos de maior amplitude, visto que a aplicação da dimensão micro por si só não apresenta nenhum privilégio (REVEL, 1998).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Encontramos, para o recorte temporal escolhido, 74 cartas de alforria, posteriormente divididas em quatro faixas temporais: 1870-1874, 1875-1879, 1880-1884 e, por fim, 1885-1887. O ano de 1887 foi adotado como marco final por ter sido o último em que encontramos registros de cartas de liberdade na localidade.

Dessa forma, os resultados foram os seguintes: entre 1870 e 1874 foram registradas, em Arroio Grande, 24 cartas de alforria (32,43% do total), podendo ser divididas em 11 cartas incondicionais, 8 condicionais, 4 pagas e 1 que apresentava parte do valor quitado e a outra parte condicionada. Para o período seguinte, de 1875 a 1879, foram registradas 38 cartas (51,35% do total das duas primeiras décadas), subdivididas em 27 incondicionais, 4 condicionais, 6 pagas e 1 que novamente apresentava parte do valor pago e parte condicionada a acordos de trabalho. A faixa seguinte, de 1880 a 1884, registra queda no número de alforrias, com 11 cartas (14,86% do total), sendo 7 incondicionais, 2 condicionais e 2 pagas. Já a última faixa, de 1885 a 1887, apresenta apenas 1 carta condicional, equivalente a 1,35% do total.

No número geral de alforrias (74), ao aplicarmos um recorte de gênero, identificamos 45 concedidas a mulheres (60,81%) e 29 a homens (39,19%), o que demonstra a maior presença feminina no processo de conquista da liberdade. Quanto às tipologias, entre as mulheres foram 28 cartas incondicionais, 9 condicionais, 7 pagas e 1 que combinava pagamento e condição. Entre os homens, registraram-se 17 incondicionais, 6 condicionais, 5 pagas e 1 com a mesma combinação de pagamento e condição.

Os maiores números estão relacionados a tipologia incondicional, normalmente justificadas em seu conteúdo por frases como “por ter me servido de muito boa vontade”, “em remuneração aos bons serviços que me prestou”, “sem condição ou ônus”, ações essas que poderiam ser lidos, de forma errônea, como atos de pura benevolência, Ligia Bellini (1988), argumenta a respeito de como no trato cotidiano, essas negociações *por amor e por interesse*, permeavam também

os projetos de liberdade. A segunda tipologia mais presente, são as de cunho condicional, capazes de entregar com mais detalhe as dinâmicas entre escravizados e senhores, já deixando espaço para que a pesquisa que vem sendo desenvolvida recorra a elas no futuro para entender melhor esses jogos de poder e produção de liberdade na localidade.

Analisando período similar em Jaguarão, cidade vizinha a Arroio Grande e da qual a localidade foi por muito tempo freguesia. Matheus Batalha Bom (2017), aponta também para um decrescente registro de alforrias na década de 1880. O autor busca em Carrati (2010) a comparação com as décadas anteriores, que até certo ponto, podemos aproveitar aqui. Jaguarão durante a década de 1860, conta com um aumento no registro das cartas de alforria, devido o alistamento de escravizados no lugar de seus senhores na Guerra do Paraguai. As cartas de Arroio Grande estão somadas juntas devido a condição de freguesia nesse momento, também foi possível conferir esse aumento através do catálogo disponibilizado pelo APERS e usado nesse trabalho, onde a localidade registra mais de 10 cartas condicionais a participação na guerra em substituição ao senhor ou seus filhos.

Através das cartas de alforria consultadas, não podemos ainda corroborar com a ideia, para Arroio Grande, de que as décadas aqui apresentadas e sobretudo nos anos 1880, quando a campanha abolicionista alcançou seu auge, registraram-se alforrias coletivas envolvendo dez, vinte ou mais escravizados (EISENBERG, 1989). Possivelmente, se as campanhas abolicionistas foram adotadas, seus registros estão em fontes ainda não consultadas e por isso não pode ser descartado. Uma possibilidade para respostas futuras, talvez possam ser encontradas no Fundo de Emancipação, a obrigatoriedade de uma lista qualificação desses escravizados surgiu com a Lei de 1871, historiadores que já trabalharam com a fonte, apontam que liberdades alcançadas através a lista de qualificação não foram registras em cartórios. O livro do Fundo de Emancipação com a lista de classificação de Arroio Grande foi recentemente recuperada em ação da Anpuh em conjunto com o Ministério Público e agora já encontrasse salvaguardada pelo Museu Visconde de Mauá em Arroio Grande.

4. CONCLUSÕES

Devido a inexistência de trabalhos a respeito da localidade com enfoque na História Social da Escravidão e das Emancipações, da mesma forma, pela pesquisa ainda encontrar-se em fase inicial, o trabalho aqui exposto surge como primeiro passo para consolidação de Arroio Grande como cidade marcada pela presença negra, fosse ela cativa, livre e liberta. Possibilitando ainda o encontro de projetos de liberdade, marcados pelo protagonismo destes homens e mulheres. Atualmente a memória da cidade busca, sempre que possível, atrelar sua história a colonização açoriana, subjugando a participação de outros grupos sociais e culturais. Desta forma, o proposto pela pesquisa composta em parte pelo recorte apresentado, é a partir dele e do exercício intelectual do cruzamento de fontes, inserir a localidade entre as cidades marcadas pela presença significativa de africanos e seus descendentes. Não produzir a respeito, mesmo com tantos indícios dessa presença negra ativa, é negar ao município parte da sua história e possibilitar espaços para uma narrativa cada vez mais branca e europeia que convencionou esconder a participação - e a exploração - do povo negro.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOM, Matheus Batalha. **Porosas fronteiras**: experiências de escravidão e liberdade nos limites do Império (Jaguarão–segunda metade do século XIX). 2017. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2017.

CARATTI, Jônatas Marques. **O solo da liberdade**: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862). 2010.

CHALHOUB Sidney. **Visões de liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

EISENBERG, Peter. Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVII e XIX. Campinas: Unicamp, 1989.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas**: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão. O Brasil Imperial 1870-1889, 2009.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001.